

Setor de serviços e a urbanização pretérita em Goiás¹

Tathiana Rodrigues Salgado

Universidade Estadual de Goiás, Porangatu, GO, Brasil

trs.tathi@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender, por meio da análise estatística, o desenvolvimento e a distribuição espacial das atividades do setor de serviços no estado de Goiás entre as décadas de 1940 a 1980, período que denominamos de *urbanização pretérita*. Para atingir o objetivo, foram fundamentais os dados disponíveis nos censos demográficos e econômicos publicados pelo IBGE entre os anos de 1940 a 1980, cujos documentos informam sobre a distribuição espacial dos estabelecimentos e a população ocupada em atividades de serviços. Os resultados demonstram que o acelerado processo de urbanização por que passou o estado, a partir da década de 1970, contribuiu para a vertiginosa terciarização da economia goiana e para a concentração diferencial dos estabelecimentos de serviços pelo território.

Palavras – chave: Setor de Serviços. Goiás. Urbanização.

Introdução

O recorte temporal que aqui denominamos de *urbanização pretérita*, vai de 1940 até a década de 1980², e é o período que marca a inversão do local de moradia da população goiana. Em 1940, 82% dos 826.414 habitantes do estado viviam em áreas rurais, sendo que os municípios mais populosos eram: Goiânia (48.166 hab.), Goiás (44.250 hab.), Anápolis (39.148 hab.), Rio Verde (31.377 hab.), Catalão (28.011 hab.) e Ipameri (25.625 hab.). Além disso, 15 dos 52 municípios existentes possuíam populações inferiores a 10.000 habitantes (IBGE, 1940)³. Entre 1960 e 1970, ocorre um aumento expressivo da população urbana, incrementando 639.684 mil novos habitantes.

A década de 1970, ponto de inflexão, foi o momento em que aconteceu o decréscimo absoluto dos habitantes rurais e a taxa de urbanização ultrapassou os 50% da população total, indicando uma tendência à concentração demográfica no estado (IBGE, 1970).⁴ As mudanças ocorridas na década de 1970 são confirmadas pelos dados

¹ A autora agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás para a realização dessa pesquisa.

² A expressão *urbanização pretérita* é usada por Santos (2013) em sua análise sobre a urbanização brasileira, para se referir ao recorte espacial que parte da formação das primeiras cidades no Brasil até a década de 1940.

³ Em 1950, a população total era de 1.214.921 habitantes, distribuídos em 77 municípios e a taxa de urbanização era de 20,23%. (IBGE, 1950).

⁴ Estima-se que em 1971 a população total era de 3.634.900 habitantes; dos quais, 1.771.900 de habitantes rurais e 1.863.000 de urbanos. (IBGE, 1975).

apurados no censo de 1980, quando a população do estado alcança 3.860.174 de habitantes, a uma taxa de urbanização de 62%. Os municípios mais populosos são Goiânia (717.519 hab.), Anápolis (180.012 hab.), Luziânia (92.817 hab.), Itumbiara (78.049 hab.) e Rio Verde (74.699 hab.). Nesses quarenta anos, a população rural mais que duplica, passando de 684.304 para 1.459.076 habitantes, enquanto a população urbana multiplica-se por mais de 16 vezes, saltando de 142.110 para 2.401.098 habitantes (IBGE, 1940, 1980).

Como destaca Arrais (2007), o expressivo aumento populacional teve reflexo formal no processo de fragmentação dos municípios. De 1940 a 1980, foram emancipadas 171 novas sedes municipais, 102 delas apenas entre os anos de 1950 e 1960. O processo, contudo, não aconteceu de forma homogênea, uma vez que os fluxos migratórios e os impactos da expansão da fronteira agrícola atingiram de forma diferente o extenso território goiano. Nesse sentido, a fragmentação foi mais intensa em áreas economicamente mais ativas. Esse foi o caso da região do mato grosso goiano, que entre 1948 e 1958 teve 34 dos seus 41 municípios emancipados (ARRAIS, 2007). Na região norte, porção que atualmente compõe o Estado do Tocantins, entre 1940 e 1980, 38 novos municípios foram criados (IBGE, 2010). Nessa região, a fragmentação só incidiu de forma mais intensa após a criação do Estado do Tocantins, em 1988.

Os processos que promoveram as alterações representadas pelos números acima já foram bastante analisados por pesquisadores como Machado (1979), Teixeira Neto (1982), Deus (1996), Chaveiro (2007), Mendonça (2004), Arrais (2006, 2007, 2013) e Castilho (2016). Nessa literatura, o que destacamos é a influência determinante das mudanças do mundo rural, derivadas da expansão da fronteira agrícola nacional e da modernização do território na promoção de fluxos migratórios com aglomeração da população⁵.

A expansão das fronteiras agrícolas atraiu um número expressivo de migrantes para o estado e, em associação com as altas taxas de natalidade registradas até o final da década de 1970, promoveu considerável aumento demográfico. A modernização territorial, incluindo a modernização das técnicas produtivas do campo, impõe o deslocamento maciço das populações rurais para os núcleos urbanos. Porém, essas mudanças não ocorreram de forma homogênea pelo território, fato comprovado pelos diferentes índices de urbanização verificados em Goiás.

⁵ O grande “ator sintagmático” – usando a acepção de Raffestin (1993) – dessas mudanças foi o Estado, principalmente em sua instância federal.

O que importa mais de perto em nossa periodização é perceber que a urbanização goiana, no primeiro recorte temporal selecionado, não está ligada à atração exercida pelo desenvolvimento de atividades econômicas tipicamente urbanas como a indústria e os serviços. Mesmo o intenso crescimento dos municípios do entorno de Brasília, verificado nas décadas de 1960 e 1970, não é resultado da atração das cidades, mas da incapacidade dos migrantes envolvidos nas obras de edificação em fixar-se na nova capital federal, como constatou Arrais (2007). Nesse sentido, este artigo tem como objetivo compreender, por meio da análise estatística, o desenvolvimento e a distribuição espacial das atividades do setor de serviços no estado de Goiás nesse período de urbanização.

Para isso, foram fundamentais os dados disponíveis nos censos demográficos e econômicos publicados pelo IBGE entre os anos de 1940 a 1980, cujos documentos informam sobre a distribuição espacial e a população ocupada em atividades de serviços.

Aspectos gerais do setor (1940-1980)

Do ponto de vista do emprego, o salto quantitativo considerável de trabalhadores em serviços é registrado no ano de 1960, quando 21,33% da população com mais de 10 anos de idade estava ocupada nessas atividades (IBGE, 1960). Mas, como é possível verificar na tabela 01, a diminuição da população ocupada em atividades agrícolas e a maior absorção de trabalhadores no setor só ocorrem na passagem da década de 1970 para a de 1980.

Tabela 01 – População absoluta e relativa ocupada segundo os setores da economia, Goiás, 1940/1980

Setores	1940		1950		1960		1970		1980	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Agropecuário ¹	215.372	78,6	297.216	82,2	436.382	74,8	523.783	60,4	501.216	39,4
Indústria	24.266	8,8	21.823	6,0	30.673	5,2	77.107	8,8	211.558	16,5
Serviços	35.177	12,8	42.851	11,8	124.421	21,3	249.441	29,8	562.093	44,1
Total	273.666	100	361.890	100	583.165	100	866.685	100	1.274.867	100

¹ inclui atividades extrativistas.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1940), (1960), (1970), (1980).

Esse período de acentuado crescimento das atividades em serviços coincide com o momento da introdução de um pacote de inovações técnicas, mecânicas e gerenciais ao sistema produtivo agrícola no estado, somado ao incremento da grande propriedade organizada em moldes empresariais (GOMES et al, 2004).⁶ Essas modificações

⁶ Gomes et al (2004) destaca que, a partir da década de 1970, houve a saturação e estagnação econômica das pequenas e médias propriedades, que praticamente pararam de crescer. De acordo com os autores, nesses anos, houve uma queda de mais de 50% das áreas cultivadas das pequenas propriedades.

possibilitaram o aumento da produção sem a necessidade de expansão da mão de obra.⁷ De fato, o exame da tabela 01 revela que os novos 408.182 trabalhadores integrados à população ativa em 1980 não foram absorvidos pelo setor rural, que, pela primeira vez, registrou queda do número de empregos.

Nesse contexto, o setor de serviços foi um importante absorvedor de mão de obra. Conforme explica Costa (1987), há uma real interação entre os fenômenos de urbanização e terciarização da economia, já que o êxodo rural estimula o crescimento do comércio e dos serviços pelo aumento da demanda urbana, proporcionando, dessa forma, a dinamização da economia das cidades, o que muito contribuiu para absorver os chamados “choques migratórios” por meio da ampliação da oferta de emprego de mão de obra.

Sobre a população ocupada na indústria, é importante destacar a expressiva participação dos profissionais da construção civil. Em 1970, esses trabalhadores representavam 47,20% dos empregados no setor. Os maiores estoques eram de pedreiros e serventes, juntos somavam um total de 31.085 operários. Em 1980, eles perfaziam 48,16% dos empregos industriais (IBGE, 1970, 1980).

Portanto, é possível concluir que, em Goiás, os serviços e a construção civil sustentaram a expansão do emprego urbano durante o período analisado. Outra observação que merece destaque é o fato de que, embora a população ocupada em atividades agrícolas tenha permanecido alta até os anos de 1980, o local de moradia dos trabalhadores passou a ser cada vez mais urbano. Em 1970, 14% da população ocupada em trabalhos agrícolas possuía domicílio urbano, ao passo que, em 1980, essa porcentagem sobe para 26,87% como é possível verificar na tabela 02.

Tabela 02 – Situação de domicílio das pessoas ocupadas na Agropecuária, Goiás, 1970-1980¹

Ano	População ocupada	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
1970	517.761	77.569	444.192
1980	494.763	132.968	361.795

¹ Não inclui atividades extrativas.

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1970,1980).

Entre 1970 a 1980, os habitantes rurais diminuem 14%, enquanto os trabalhadores agrícolas a redução é de 4,4%. Como fica evidente, para uma parcela da população, a troca do lugar de residência não significou a imediata troca dos ramos de atividade econômica, o que comprova a particularidade desta fase do processo de urbanização de Goiás: a concentração da população não foi motivada pela capacidade de

⁷ É importante lembrar que essas alterações não atingiram de forma homogênea todo o território goiano, o que reforçou a histórica desigualdade regional de Goiás.

atração das atividades econômicas tipicamente urbanas. Portanto, como anotou Arrais (2013), a urbanização em Goiás não se constrói sob os escombros do rural, mas se edifica a partir dele e com ele, seja por meio da conversão de áreas rurais em áreas urbanas, seja a partir do consumo de insumos e maquinário, ou até mesmo da demanda estimulada para atender as necessidades por alimentação, energia, água, lazer etc.

Nos quarenta anos analisados, a participação dos serviços no total de ocupações sobe de 12,8%, em 1940, para 44,10%, em 1980. Nesse período, em termos relativos, a categoria de trabalho que mais cresce é a de profissionais liberais, que registra um aumento de nove pontos percentuais, entre 1940 e 1980. Há uma queda, também percentual, das atividades domésticas remuneradas, que representavam 26,7% das ocupações terciárias em 1940, e reduzem sua participação para 15,9%, em 1980. A evolução quantitativa dos ramos de serviços é apresentada na tabela 03.

Tabela 03- Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços, Goiás, 1940-1980

Ramos de atividade	1940	1950	1960	1970	1980
Comércio de mercadorias	6.535	9.089	23.683	50.349	120.943
Com. de imóveis e valores mobiliários e instituições de crédito	162	559	1.815	5.426	22.187
Prestação de Serviços	10.013	11.319	39.270	63.390	122.489
Transporte e comunicação	2.977	4.934	16.127	25.826	49.234
Profissões liberais	649	1.242	9.301	9.240	60.430
Atividades Sociais	992 ¹	4.336	9.916	33.864	49.081
Adm. pública, justiça e legislativo	3.106	3.638	6.903	19.838	31.957
Defesa Nacional e segurança pública	1.348	1.192	2.385	6.781	10.261
Atividade doméstica remunerada	9.395	6.542	15.019	34.727	88.089
Total do setor de serviços	35.177	42.851	124.421	249.441	562.093

Fonte: IBGE. Censos demográficos (1940, 1950, 1960, 1970, 1980). Dados trabalhados pela autora.

Em termos quantitativos, é possível constatar, pelos dados contidos na tabela 03, que os ramos mais tradicionais do setor, menos intensivos em capitais e menos exigentes em qualificação profissional, foram os que absorveram o maior número de trabalhadores. Nesse contexto, destacam-se a participação do comércio varejista de alimentos, bebidas e estimulantes e o comércio varejista de artigos de vestuário, que, em 1980, respondiam, respectivamente, por 25,5% e 15% dos empregos do ramo de comércio de mercadorias. No ramo prestação de serviços, as atividades com maiores estoques de trabalhadores eram as relacionadas à confecção sob medida e reparação de artigos do vestuário e tecidos, aos serviços de alimentação e aos serviços de manutenção de veículos. Respectivamente, essas atividades ocupavam 34%, 17% e 16% dos empregados desse ramo (IBGE, 1980).

A comparação entre o número de trabalhadores em serviços, levantado pelos censos demográficos, com o quantitativo de pessoal ocupado, apurado pelos censos

econômicos, demonstra que a informalidade era um aspecto marcante do setor. Por exemplo, em 1940, os censos econômicos do comércio e serviços registraram a existência de 2.737 estabelecimentos que, juntos, empregavam um total de 5.954 trabalhadores, número muito abaixo dos 35.177 registrados pelo censo demográfico.⁸

Os censos econômicos, por critérios metodológicos, limitavam o universo de pesquisa a estabelecimentos formalmente constituídos. Portanto, excluía uma grande parcela de trabalhadores de indústrias e comércios caseiros, artífices, feirantes, ambulantes etc., o que, em tese, encobria uma considerável parcela do setor de serviços.

Em 1940, a média de pessoas ocupadas, por estabelecimento formais, era de 1,6 no comércio varejista, 3,6 no comércio atacadista e 2,8 nos estabelecimentos prestadores de serviços. Do total de trabalhadores recenseados nos levantamentos econômicos, 60,20% eram administradores, categoria que, de acordo com nota técnica da pesquisa, englobava os proprietários do estabelecimento. A constituição jurídica de 81,50% das empresas era de firmas individuais. Os resultados indicam que, naquela década, prevalecia a pequena empresa de condução familiar. Entre 1940 a 1980, ocorre o aumento considerável do número de estabelecimentos, como podemos verificar na tabela 04.

Tabela 04 – Evolução no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado no setor de serviços, Goiás, 1950-1980

Ramo	1950		1960		1970		1980	
	Estab.	Pop. Ocupada	Estab.	Pop. Ocupada	Estab.	Pop. Ocupada	Estab.	Pop. Ocupada
Com. de mercadorias	3.366	5.617	6.338	13.133	17.040	36.666	27.038	86.727
Prest. de serviços	1.664	4.090	3.201	7.966	9.714	20.405	24.828	71.792
Total	5.030	9.707	9.539	21.099	26.754	57.071	46.290	132.182

Fonte: IBGE (1957, 1966, 1975a, 1975b, 1984a, 1984b)
Dados trabalhados pela autora.

No entanto, em relação à constituição jurídica e média de empregados por estabelecimento, o perfil pouco se altera em relação à década de 1940. Em 1980, 43% das empresas pesquisadas eram firmas individuais e 51% delas não possuíam constituição jurídica. A ausência de razão social ocorria, principalmente, nas empresas de serviços, das quais 67,8% não possuíam o registro jurídico.

A média de trabalhadores por empresa também permanece baixa. No universo de estabelecimentos pesquisados em 1980, 40% possuíam apenas um empregado, 37%

⁸ Os censos econômicos foram pesquisas decenais, de 1920 a 1970, e quinquenais, de 1975 a 1985, realizados pelo IBGE. Em 1920, os censos econômicos abrangiam o agrícola e o industrial e, a partir de 1940, passaram a abranger também as atividades comerciais e de serviços.

dispunham de duas pessoas ocupadas e apenas 3,8% dos estabelecimentos contavam com o trabalho de mais de 10 funcionários (IBGE, 1984a, 1984b).

A tabela 05 mostra que os sub-ramos, cuja contribuição foi maior para o aumento no número de estabelecimentos, foram o comércio varejista de alimentos e bebidas e de tecidos e artigos para vestuário que, juntos, somavam 41% dos estabelecimentos do setor, e os serviços de alojamento e alimentação, o qual respondia a 23,6% das firmas terciárias.

Tabela 05 – Evolução dos sub-ramos do setor de serviços, Goiás, 1940-1980

Sub-ramos do setor de serviços	1940		1960		1980	
	Estab.	P. oc	Estab.	P. oc	Estab.	P. oc
Com. de ferragens e material de construção	12	25	92	302	1.201	6.354
Com. de máquinas e aparelhos e mat. eletrônico	09	46	77	343	250	2.580
Com. de veículos e acessórios	06	32	99	572	1.023	5.710
Com. de móveis, art. de hab. e uso doméstico	03	05	64	239	5.638	4.031
Com. de papel, impressos, art. de escrit. celulose	10	11	41	150	403	1.424
Com. prod. químicos, farmacêuticos e afins	165	304	462	1.039	1.368	6.339
Com. combustíveis e lubrificantes	09	11	99	341	820	4.994
Com. tecidos, vestuário, armarinhos, fibras	423	825	1.475	3.658	4.117	13.642
Com. alimentos, bebidas e estimulantes	747	997	3.410	5.291	15.279	27.213
Com. de mercad. geral com prod. Alimentícios	301	622	333	606	764	6.459
Com. de mercad. geral sem prod. alimentícios	19	58	81	370	57	605
Com. de artigos diversos	05	14	71	179	874	2.988
Com. de artigos usados	0	0	0	0	161	361
Com. de imóveis e valores imobiliários	01	-	-	-	34	148
Com. de prod. agropecuários e extrativos	127	503	32	79	104	591
Mercado de crédito	13	13	-	-	-	-
Atividades auxiliares do comércio	06	13	78	134	94	415
Serviços de alojamento e alimentação	273	780	1.360	7.966	10.970	26.301
Serviços de confecção e reparação	459	1.527	578	3.958	7.653	17.394
Serviços de higiene pessoal	115	157	1.112	1.309	2.694	4.671
Serviços de diversão e radiodifusão	32	56	73	2.175	435	2.270
Outros serviços auxiliares	-	-	-	-	1.649	10.303

Fonte: IBGE (1952, 1966, 1984a, 1984b)

É importante observar o expressivo crescimento do número de estabelecimentos dedicados ao comércio de veículos e acessórios, concomitante ao aumento no número de prestadores de serviços de manutenção e reparação de veículos. Esse crescimento foi resultado do conjunto de investimentos em infraestrutura viária, principalmente em estradas de rodagem, que passaram a integrar as diferentes regiões do estado de Goiás após as construções de Goiânia e Brasília.

A evolução no nível de emprego e do número de estabelecimentos é acompanhada de ganhos crescentes de participação na composição do produto interno. Tomando o ano de 1950 como referência, verifica-se que o setor agropecuário liderava a estrutura econômica do estado e respondia por mais de 60% do PIB. O setor de serviços ocupava

a segunda posição, mas bem atrás do primeiro, e a indústria representava apenas uma parcela residual, conforme podemos constatar na tabela 06.⁹

Tabela 06 – Produto Interno por grande setor, Goiás, 1960-1985

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços
1950 ¹	62,00	9,00	29,00
1960	49,50	7,30	43,20
1970	28,00	9,00	63,00
1980	27,90	21,70	50,30
1985*	20,20	26,00	53,80

Fontes: ¹ Revista Brasileira de Economia - Fundação Getúlio Vargas, v. 9, n. 4 (1955); IBRE/FGV e Contas Regionais/IBGE. Elaboração: Marcos Arriel. (*) A partir de 1985, foram excluídos os dados do Estado do Tocantins.

Decorridos 20 anos, as proporções de participação no PIB dos setores agropecuários e de serviços praticamente se invertem, permanecendo a indústria na terceira colocação. Em 1985, o setor primário é ultrapassado pela indústria, reduzindo consideravelmente sua participação relativa na composição do produto estadual. Trata-se, portanto, de uma modificação estrutural em que o estado, mesmo mantendo a sua grande importância agrícola – já que a queda em participação relativa não significou redução absoluta da produtividade primária –, terceirizou-se rapidamente.

Como lembra Borges (2005), o aumento da participação relativa do setor de serviços na formação da renda interna evidencia a crescente integração da economia goiana ao circuito das relações comerciais do país, já que, nesse período, o principal meio de apropriar do excedente econômico produzido na agropecuária regional era promover a circulação e o consumo. Essa afirmação é comprovada quando se observa a evolução dos subsetores de serviços, como é possível conferir na tabela 07, pois o franco desenvolvimento do setor, iniciado na década 1970, foi comandado principalmente pelas atividades comerciais.

Tabela 07 – Evolução do Produto do setor de serviços por subsectores

Ano	Comércio	Intermediações Financeiras	Transporte e Comunicação	Governo	Aluguéis	Outros Serviços
1970	508.919	184.127	58.667	194.137	275.970	320.830
1971	793.631	236.630	79.240	263.758	349.285	413.571
1972	1.700.218	273.871	118.058	421.991	437.981	562.090
1973	2.739.121	588.523	163.570	527.912	539.346	27.132
1974	3.804.305	978.510	263.838	822.873	701.245	1.032.911
1975	6.090.614	1.767.766	402.319	1.230.677	1.063.759	1.642.649
1976	7.485.963	2.725.763	751.239	1.940.246	1.594.495	2.534.892
1977	12.517.795	3.639.561	972.289	2.751.133	2.457.676	3.697.492
1978	19.712.440	5.874.237	1.641.421	4.235.199	3.698.796	5.702.828
1979	33.523.748	10.270.330	2.747.414	6.966.269	5.192.517	9.320.053

⁹ Até o final dos anos de 1940, não havia no Brasil um sistema de cálculo das contas nacionais por grandes agregados econômicos. Esse trabalho só foi iniciado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1945, com o objetivo de mensurar a renda nacional. Como resultado disso, houve a estruturação de um sistema de contas nacional, o que possibilitou a disponibilização do Produto Interno Bruto organizado em três setores econômicos a partir do ano de 1947.

Ano	Comércio	Intermediações Financeiras	Transporte e Comunicação	Governo	Aluguéis	Outros Serviços
1980	77.429.491	23.277.483	6.084.832	15.212.080	10.496.335	19.623.584

Fonte: FIPES In: Costa (1987).

Distribuição espacial dos estabelecimentos de serviços entre 1940 a 1970

Os censos econômicos de 1940 oferecem poucos detalhes acerca da distribuição espacial das atividades do setor de serviços. Porém, com os dados disponíveis foi possível proceder com a espacialização das atividades de comércio varejista e atacadista, sem, contudo, especificar as classes.

A figura 01 mostra que a espacialização do comércio varejista, praticado por 1.629 estabelecimentos, estava bastante relacionada com a disponibilidade da estrutura de transporte do período.¹⁰ Analisando os dados do recenseamento econômico, é possível constatar que a média de habitantes por estabelecimentos (hab./est.) era menor nos municípios do eixo ferroviário e naqueles que recebiam sua influência e bastante alta nos municípios da metade norte do estado. Em Buriti Alegre, o quociente era de 218, e em Goianira, Pires do Rio, Anápolis e Ipameri, os quocientes eram, respectivamente, de 250, 263, 340 e 388. A recém-capital Goiânia já possuía um estabelecimento para cada 263 habitantes (IBGE, 1952).¹¹

Nos municípios de São Vicente, Peixe, Porto Nacional e Santa Maria do Araguaia, localizados no extremo norte, a média de habitantes por estabelecimentos era, respectivamente, de 1.084, 1.245, 1.386 e 1.704; em Boa Vista, essa relação chegava a 2.099 habitantes por estabelecimento e, na cidade de São Domingos, apenas um estabelecimento varejista foi recenseado. Nessa região, os valores estavam muito acima da média estadual, calculada em 507 habitantes por estabelecimento (IBGE, 1952). Por ser o comércio uma atividade fundamentada no valor de troca, os meios de comunicação são um fator determinante para seu desenvolvimento e expansão.

¹⁰ Em 1939, Goiás contava com uma rede rodoviária de 15.800,5 km, dos quais, 2.784,5 de terra melhorada e 13.016,0 de terra não melhorada. Havia no estado 315 caminhões de transporte de cargas. (AEB, 1939). Até a década de 1940, as redes de transporte em Goiás, do ponto de vista espacial, estavam concentradas na porção sudoeste, servindo de complemento à ferrovia, o que favorecia a concentração econômica nessas localidades (CASTILHO, 2016).

¹¹ A pedra fundamental de Goiânia foi lançada em 24 de outubro de 1933 e a instalação do município ocorreu em 2 de agosto de 1935. A partir desse ano, com a transferência de vários órgãos do governo estadual, intensificou-se fortemente o povoamento do município. Estima-se que, em 1934, apenas 800 residiam na área destinada à construção da nova capital, três anos depois, cerca de 9.000 e, já em 1940, o recenseamento geral acusava a presença de 48.166 habitantes (IBGE, 1959b).

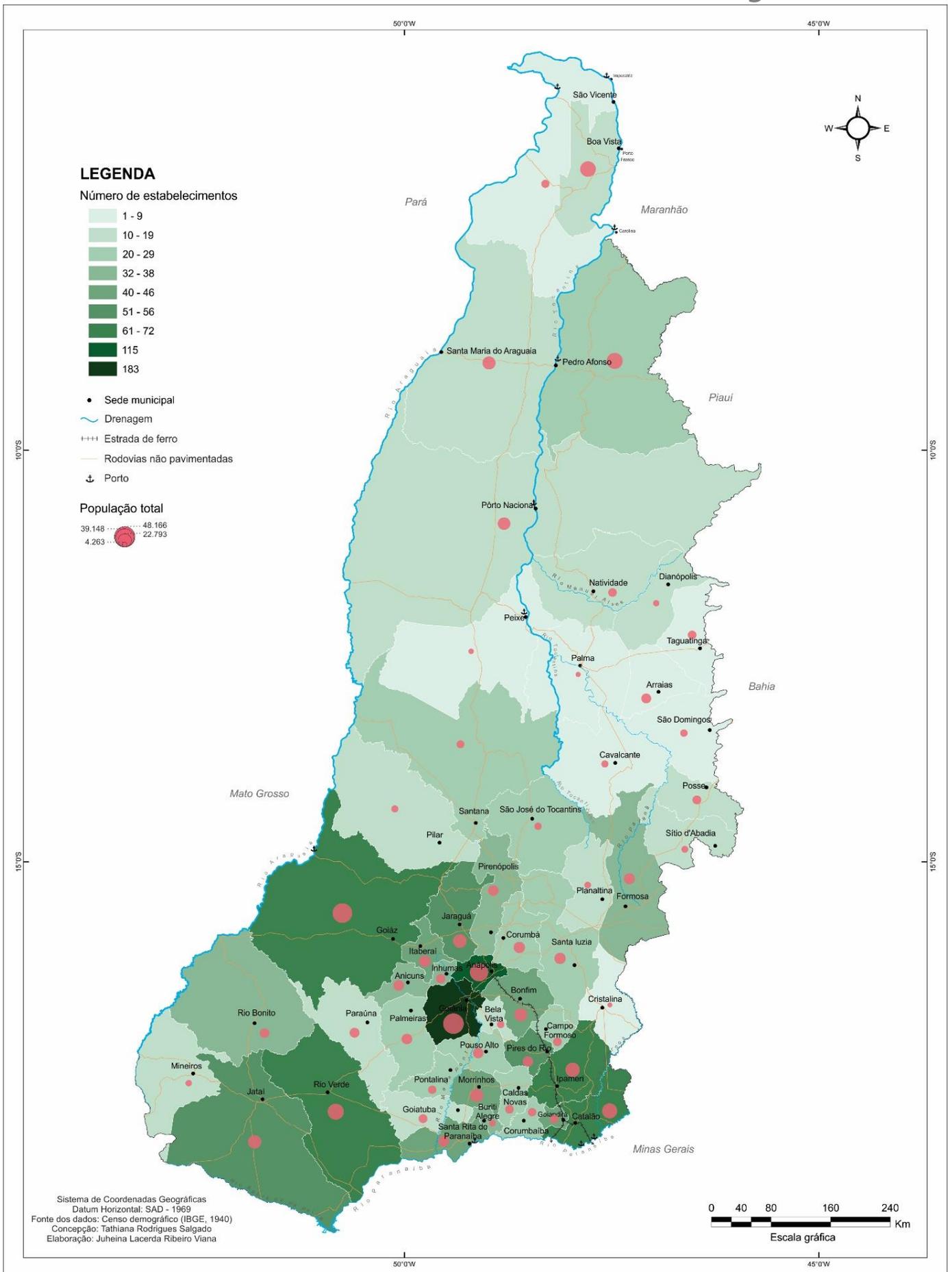


Figura 01 – Distribuição do comércio varejista, Goiás, 1940

Anápolis, ponto final da Estrada de Ferro Goiás desde 1935, era o grande centro comercial do estado. Em 1940, a cidade concentrava 10,6% dos estabelecimentos atacadistas e 7% dos varejistas (IBGE, 1952). O dinamismo comercial da cidade, além de se relacionar aos fluxos promovidos pela E.F. Goiás, foi influenciado nesse período pela construção de Goiânia. Como relata Magalinski (1988), durante o período de edificação, a nova capital era abastecida pelas estações de Leopoldo de Bulhões e de Anápolis, contando muito mais com esta segunda, em razão da menor distância e por possuir uma melhor estrada de acesso.

O crescimento de Anápolis e o desenvolvimento de seu setor de serviços também estavam relacionados ao movimento pioneiro de ocupação da região do mato grosso goiano, por meio da criação da Colônia Nacional de Goiás (CANG).¹² De acordo com Faissol (1952), Anápolis cumpria função dirigente no pioneirismo, além de ser entreposto de toda a região. França (1974) acrescenta que a expansão da fronteira agrícola era sustentada pelos serviços da cidade de Anápolis que, favorecida pela expansão da rede de transportes rodoviário e ferroviário, tornou-se o centro comercial de exportação e importação.

A distribuição do comércio atacadista, representado na figura 02, além de demonstrar a proeminência de Anápolis, revela um destaque para a cidade de Boa Vista do Tocantins, que apresentou o maior número de estabelecimentos do estado, um total de 47.

De acordo com notas técnicas do censo, em regiões afastadas dos centros econômicos mais dinâmicos, os estabelecimentos comerciais funcionavam como intermediário para a venda direta de artigos ao consumidor e, muitas vezes, recebiam como pagamento os produtos da atividade agropecuária e extrativista. Essa prática criava estoques que poderiam ser comercializados em grandes partidas, o que fez com que esses estabelecimentos, para efeito censitário, fossem classificados como de comércio misto. Porém, na divulgação dos documentos, os valores dessa categoria foram somados aos do comércio atacadista, influenciando na quantidade registrada de estabelecimentos atacadistas dedicados aos produtos agropecuários e extrativos.

¹² Como comprova Castilho (2012), a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada em 1941, fez parte da política de expansão econômica que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”, do então presidente Getúlio Vargas. A implantação da Cang deu origem à cidade de Ceres e os excedentes migratórios deram origem às cidades de Rialma, Uruana e Carmo do Rio Verde.

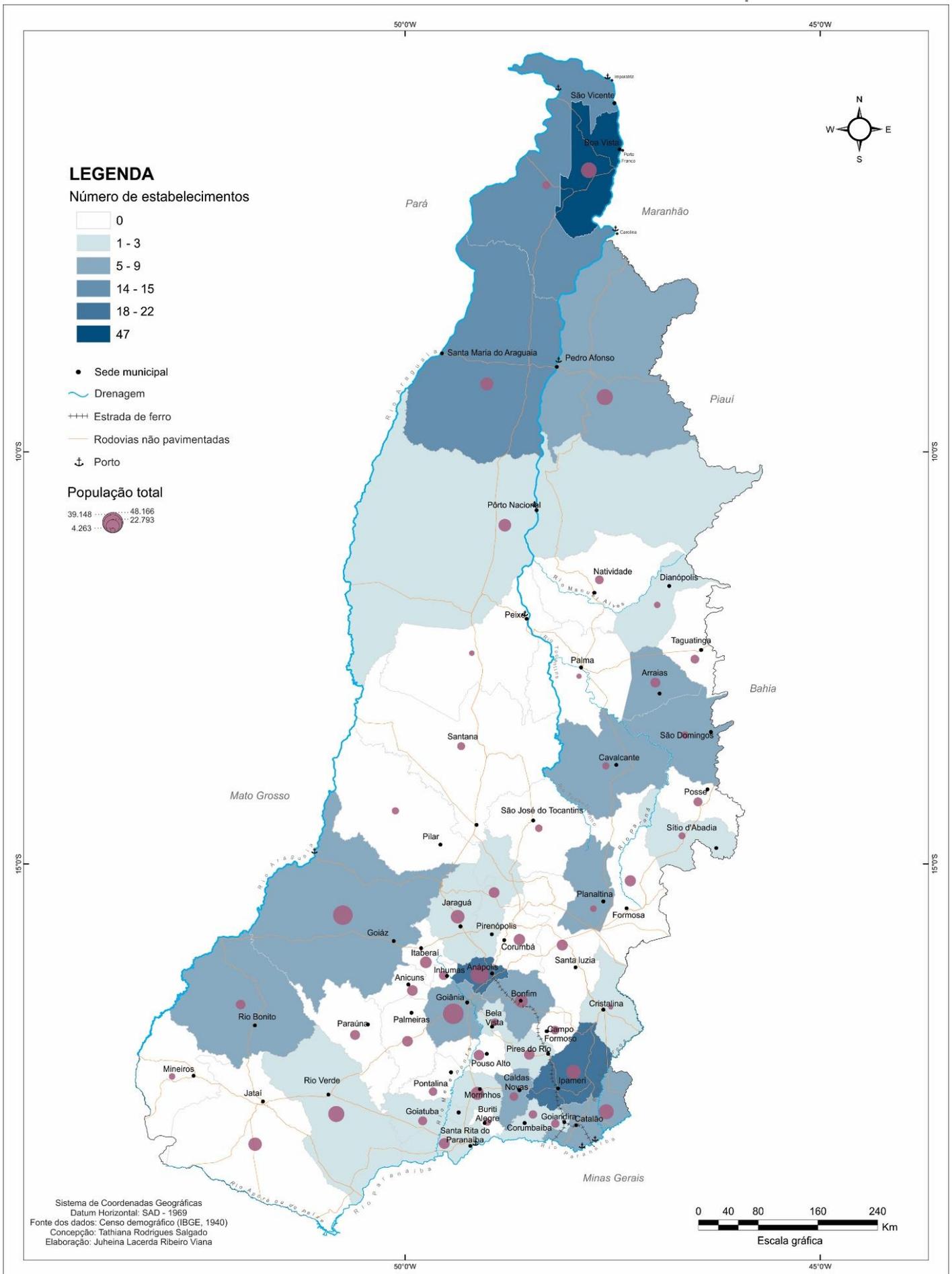


Figura 02 – Distribuição do comércio atacadista, Goiás, 1940

Acredita-se que o método adotado na divulgação dos documentos justificaria o número apresentado de estabelecimentos atacadistas, não só por Boa Vista do Tocantins, mas também por Santa Maria do Araguaia e São Vicente, cidades que exploravam a extração do babaçu e que, beneficiadas por trechos navegáveis dos rios Araguaia e Tocantins, podiam exportar a produção recolhida na região (IBGE, 1959a). Portanto, nesses municípios, havia um comércio misto, fato que explicaria, inclusive, o baixo quantitativo de estabelecimentos varejistas.

Em 1950, o IBGE recenseou 3.375 estabelecimentos comerciais no estado, dos quais, 3.254 dedicados ao comércio varejista e 112 dedicados ao comércio atacadista. Na modalidade a varejo, os sub-ramos mais comuns eram o comércio de produtos alimentícios, bebidas e estimulantes, com 1.620 locais de vendas, seguido do comércio de tecidos, artefatos e artigos de vestuário e armarinhos, com 798 pontos de comercialização (IBGE, 1957).

Na modalidade atacadista, destacavam-se os distribuidores de produtos alimentícios e bebidas, com 47 estabelecimentos, e os de produtos agropecuários e extrativos, com 39 locais de venda. Em 1950, não foram recenseados estabelecimentos atacadistas de máquinas e aparelhos elétricos; veículos e acessórios; móveis, artigos de habitação e de uso doméstico; papel impresso, artigos de papelaria e escritório, sendo arrolado na pesquisa apenas um estabelecimento atacadista de tecidos, fibras e têxteis (IBGE, 1957).

Baseando-se na pequena quantidade e na pouca diversidade do comércio atacadista da época, bem como na predominância do comércio de alimentos e vestuário na venda de mercadorias de produção própria, é possível concluir que o comércio varejista de Goiás era bastante dependente do abastecimento de centros atacadistas instalados fora do estado.

As figuras 03 e 04 mostram que os principais centros de comércio varejista e atacadistas do estado eram Anápolis e Goiânia. Na primeira cidade, foram recenseados 239 estabelecimentos varejistas e 36 atacadistas. Faissol (1952) registra que, na década de 1950, o movimento dentro da cidade de Anápolis era muito intenso, principalmente com o entra e sai de caminhões. Vindos de várias partes do “Mato Grosso de Goiás”, os veículos transportavam arroz e outros gêneros, bem como levavam toda espécie de mercadorias, inclusive imigrantes que chegavam pela estrada de ferro e que, em seguida, eram conduzidos em direção a zonas de colonização mais recentes. Em Goiânia, foram recenseados 445 estabelecimentos varejistas e 19 atacadistas. Em 1954, esses números se elevaram para 1.104 e 40, respectivamente (IBGE, 1959a).

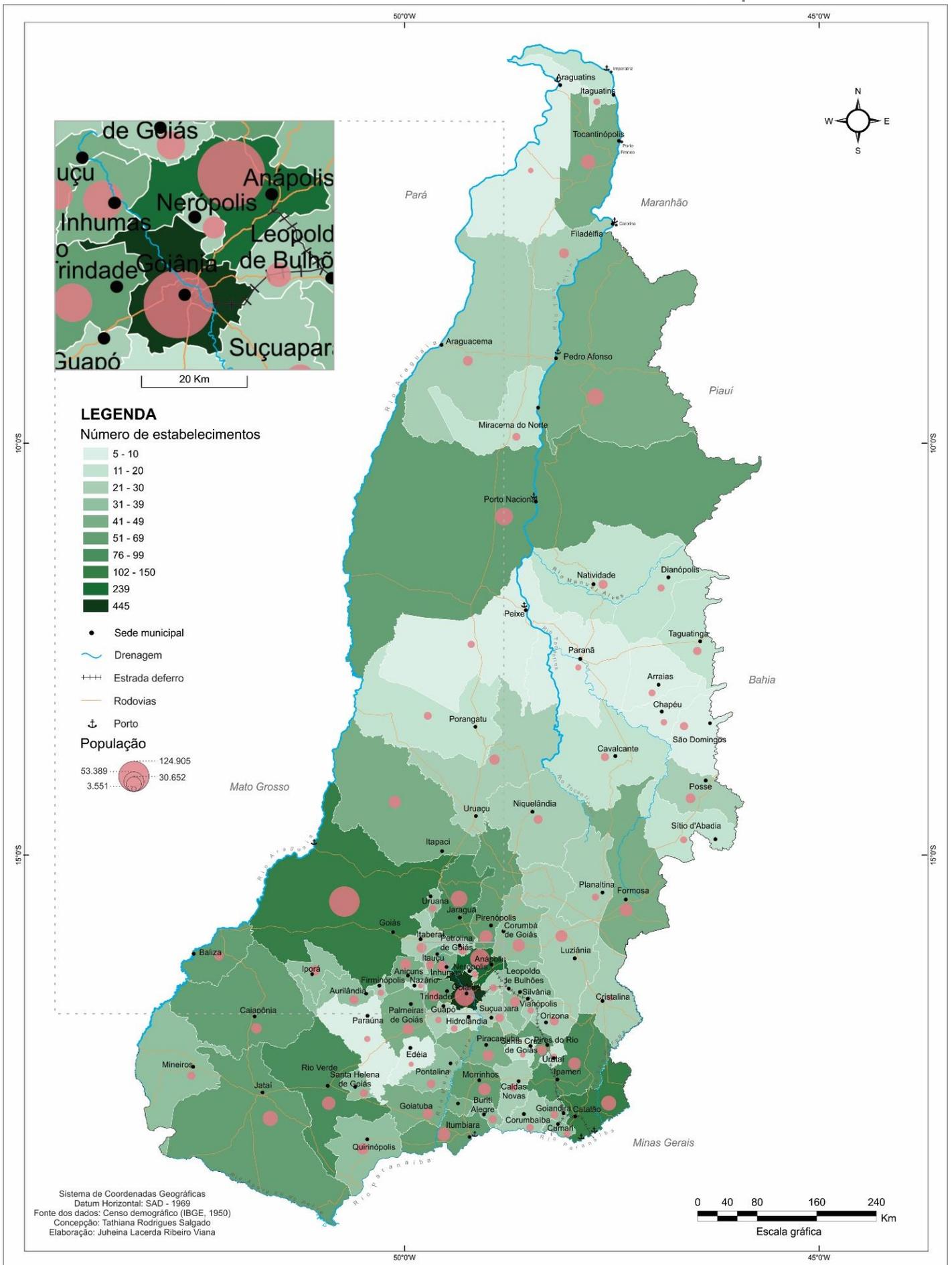


Figura 03 – Distribuição do comércio varejista, Goiás, 1950

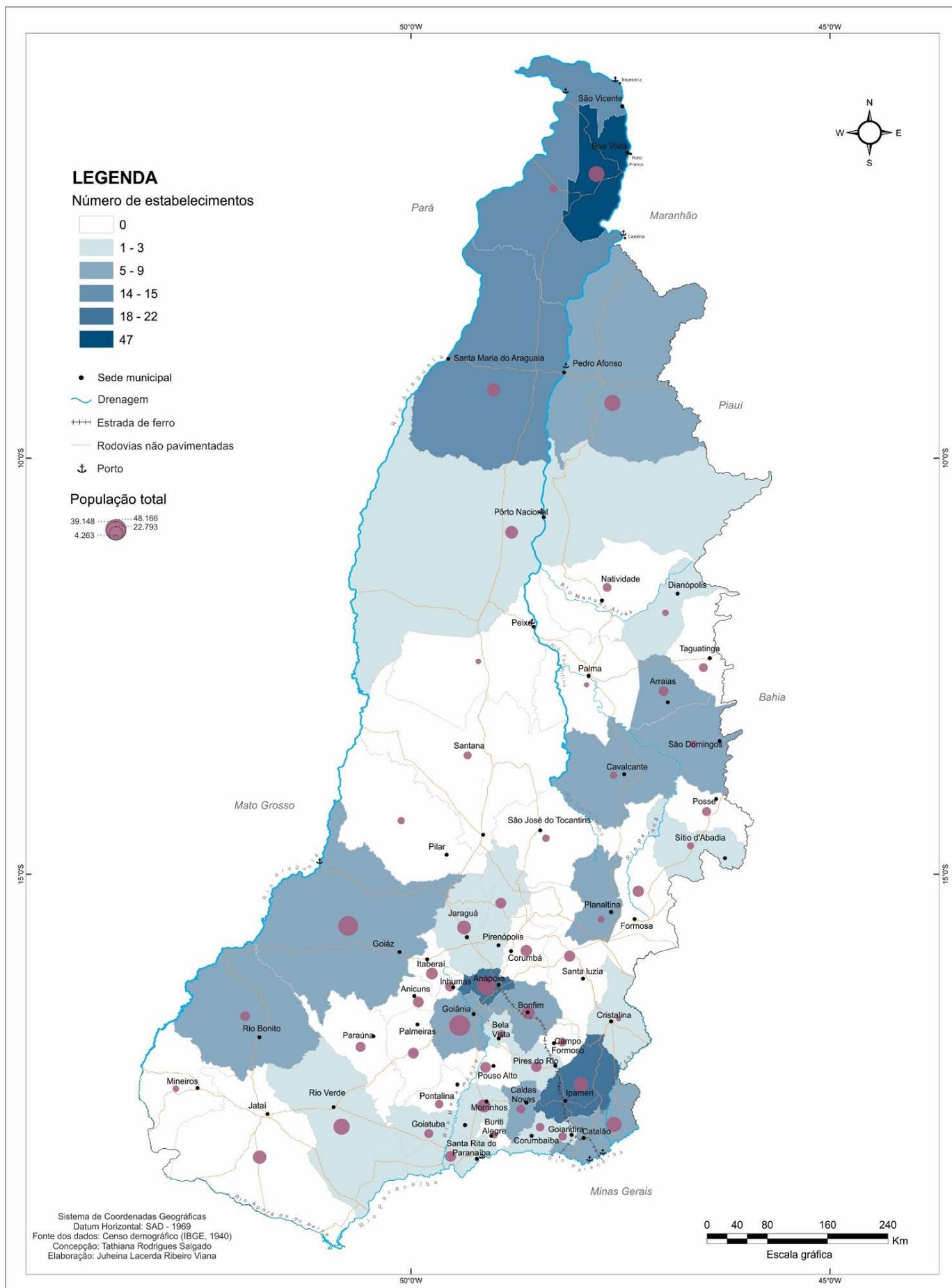


Figura 04 – Distribuição do comércio atacadista, Goiás, 1950

É importante destacar que a navegação do Tocantins e do Araguaia, até a década de 1950, era uma importante via de comunicação do extremo norte e garantia, nos limites técnicos do período, a interação da região com outras localidades, permitindo a existência de atacadistas em Tocantinópolis e Araguacema.

Comparando os dados referentes ao comércio atacadista de 1940 e 1950, é possível perceber uma redução significativa no número de estabelecimentos do norte do estado. Essa redução é decorrente de mudanças metodológicas da pesquisa de 1950, que eliminou a categoria comércio misto, antes computada como comércio atacadista. Os estabelecimentos passaram a ser classificados apenas em varejistas e atacadistas, com base na predominância das formas de venda.

Os municípios de Araguacema, Tocantinópolis, Araguatins, Iguatins e Babaçulândia não dispunham de estradas que possibilitassem serviços de transporte rodoviário, dessa forma, o transporte terrestre só podia ser feito por meio de animais de carga (IBGE, 1959a). Essa deficiência de transporte favoreceu a estruturação de uma rede de transporte aéreo com bastante capilaridade no Norte Goiano.

A rede de transporte aéreo de Goiás incluía, em 1955, 34 aeroportos, que tiveram um movimento de 161.570 passageiros, 3876 toneladas de cargas e 15.196 pousos. A tabela 08 especifica o tráfego aéreo nos principais aeroportos do estado (CAPES, 1959).

Tabela 08 – Movimento do tráfego aéreo comercial, Goiás 1955

Aeroportos	Passageiros		Cargas (t)		Nº de pousos
	Desemb.	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	
Anápolis	12.636	12432	214	231	3504
Araguacema	394	392	279	366	189
Goiânia	37 091	36842	712	505	4305
Pedro Afonso	1682	1759	263	358	478
Outros	29194	29148	607	341	6720
Total	80997	80753	2075	1801	15196

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1957. In: Capes (1959)

O aeroporto de Goiânia, em volume de embarques e desembarques, era o mais expressivo. Entretanto, o movimento de carga nos aeroportos de Araguacema e de Pedro Afonso comprova que o transporte aéreo era bastante utilizado no norte do estado, provavelmente, em virtude das deficiências do transporte fluvial e da falta de transporte rodoviário. Desses dois aeroportos, partiam diariamente para Belém do Pará aviões carregados de carne verde de bovinos abatidos nos matadouros locais (CAPES, 1959).

A espacialização dos estabelecimentos prestadores de serviços recenseados em 1950, apresentada na figura 05, permite perceber a nascente proeminência em serviços da capital.

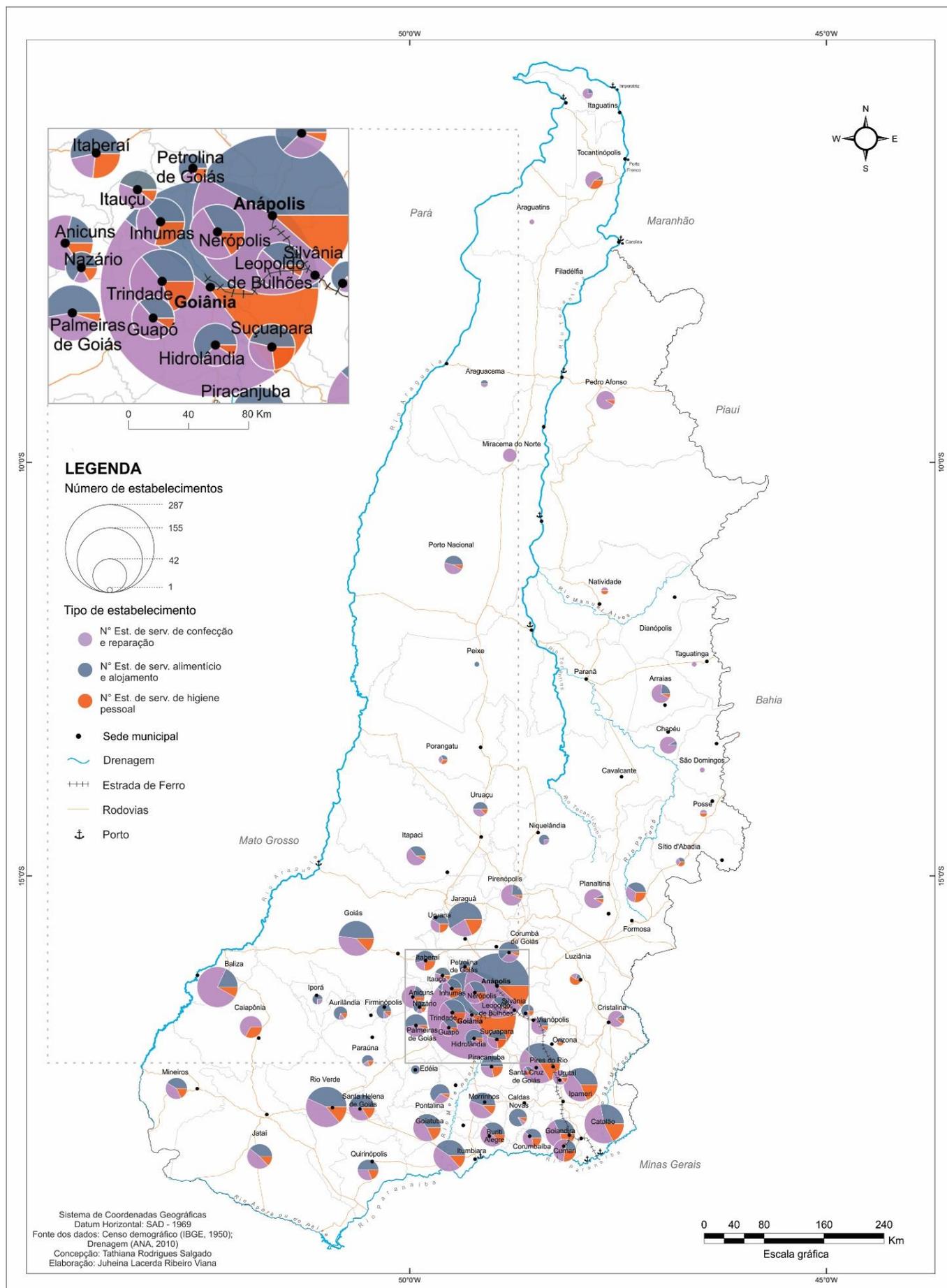


Figura 05 – Distribuição dos estabelecimentos de serviços, Goiás, 1950

Naquele ano, Goiânia concentrava 5,3% da população estadual e 18,3% dos estabelecimentos de serviços (IBGE, 1950). Em 1950, a capital já concentrava 25% dos estabelecimentos de saúde e 54% dos leitos de internação do estado (BRASIL, 1952), além dos principais serviços administrativos do estado. Quanto ao ensino, a tabela 09 demonstra a situação privilegiada de Goiânia em relação ao restante do estado no ano de 1956.

Tabela 09 – Estrutura de ensino não primário, Goiânia, Goiás, 1956

Tipo de ensino	1956		1957	
	Goiás	Goiânia	Goiás	Goiânia
Superior	09	07	11	08
Secundário	62	24	66	25
Industrial	02	01	02	01
Comercial	15	03	16	06
Normal	37	03	41	03

Fonte: IBGE (1959).

Na figura 05, é possível perceber que as atividades de serviços estavam ainda mais concentradas que as comerciais. Em alguns municípios do Norte, as atividades de serviços praticamente inexistiam. Em Pedro Afonso, por exemplo, mesmo com uma população de 38.844, não foram registrados serviços de alimentação e de hospedagem e, em Cavalcante, com uma população de 9.243 habitantes, nenhum tipo de serviço foi recenseado.

Durante a década de 1950, o setor de serviços em Goiás é impulsionado pela construção de Brasília. As obras da nova capital federal, além de promoverem as tradicionais demandas comerciais por materiais e equipamentos de construção, atraíram para o território goiano um expressivo contingente migratório, ampliando, dessa forma, o mercado consumidor interno, principal variável para crescimento do setor.¹³

O impacto da construção de Brasília é traduzido já nos resultados apresentados no recenseamento de 1960. Os documentos indicam que houve um ligeiro aumento no número de estabelecimentos, principalmente varejistas, na zona do Planalto Goiano. Nessa região, foram recenseadas 415 firmas comerciais, sendo que os municípios com maior número de empresas eram Luziânia (60), Barro Alto (61), Formosa (53) e Cristalina (46). O comércio atacadista possuía dois estabelecimentos, um em Cristalina e outro em Formosa (IBGE, 1966).

¹³ A construção de Brasília iniciou-se nos últimos meses de 1956, com uma afluência imediata de migrantes. Até então, o povoamento na região era pequeno e rarefeito, estimado, na área destinada à capital, em 6.000 moradores. Em 20 de julho de 1957, a população que vivia no território era de 12.283 habitantes, dos quais, 6.000 sediados nas zonas rurais e na sede da cidade de Planaltina (Goiás), incorporada à área do Distrito Federal. Oito meses depois, novo inquérito computou um total de 28.804 habitantes, destes, 4.500 na zona rural. Em maio de 1959, em todo o território da nova capital, foram recenseadas 64.314 pessoas residentes. A comparação desses dados demonstra o extraordinário fluxo migratório para a região. (IBGE, 1959b)

Dentro dos limites de Brasília, foram levantados os seguintes estabelecimentos, em 1958: quatro agências bancárias, 93 casas comerciais, entre elas, 30 armazéns de secos e molhados, 15 casas de tecidos e armarinhos, nove restaurantes, oito bares, oito casas de materiais de construção, cinco mercearias, cinco açougues, três farmácias, quatro casas de comércio misto, duas casas de peças para autos, uma casa de móveis e um posto de gasolina (IBGE, 1959b).

No entanto, a construção de Brasília não cessou os fluxos migratórios para Goiânia. O contínuo crescimento demográfico tornava a capital estadual o maior mercado consumidor do estado e, portanto, o local privilegiado para a concentração das atividades de serviços.

A cidade de Ceres, sede da CANG, emancipada do município de Goiás em 1953, já superava em muito a antiga capital do estado em número de estabelecimentos comerciais e de serviços. O crescimento do setor terciário na cidade foi resultado do intenso fluxo migratório recebido pela região, e que nem sempre era absorvido pelos programas de colonização oficial, resultando em expressivo crescimento populacional do município.¹⁴

O crescimento urbano tornou-se menos intenso em Anápolis após o deslocamento das frentes de expansão agrícola para o sudoeste do estado. A cidade perde sua antiga função de centro de apoio das áreas de expansão. Nesse contexto, com a implantação da BR-060, rodovia de ligação entre Brasília e Cuiabá, florescem na região sudoeste as cidades de Jataí e Rio Verde, as quais intensificaram seu crescimento demográfico e, conseqüentemente, registraram o aumento positivo do número de estabelecimentos de serviços.¹⁵

Sobre o comércio atacadista, o que se nota em 1960, em comparação com os anos anteriores, é a tendência à maior concentração desse ramo, assim, Goiânia e Anápolis firmam-se como os dois grandes centros de atacados do estado. A nova configuração rodoviária, associada à produção agrícola em moldes empresariais e não mais negociada em pequenos centros locais, eliminou as menores empresas do ramo, que também funcionavam como intermediárias para a comercialização das produções locais. A

¹⁴ De acordo com Valverde e Dias (1967), houve dificuldades no cumprimento das determinações legais e, em 1948, a administração da colônia só havia construído 100 casas. Havia um constante atraso na demarcação dos lotes em relação ao brutal afluxo de imigrantes, o que obrigava as famílias a aguardarem inscrição, durante meses, em choças provisórias, construídas por elas mesmas na margem direita do Rio das Almas. Assim nasce Rialma, cidade gêmea de Ceres.

¹⁵ Em 1950, a população total de Rio Verde era de 24.731 habitantes, destes, 6.169 viviam em área urbana, enquanto que, em 1960, esses valores sobem, respectivamente, para 40.390 e 11.684. Em Jataí, a população total, em 1950, era de 31.229, com 4.897 habitantes urbanos, e, em 1960, os valores são de 27.985 e 14.022, respectivamente. (IBGE, 1950)

redução de operação do sistema ferroviário, verificada após década de 1950, provoca o enfraquecimento urbano das cidades servidas pela E. F. Goyaz e, conseqüentemente, do ramo atacadista praticado nessas cidades.

A ampliação da rede rodoviária, que acompanha a construção de Brasília, também estimula a urbanização e o setor de serviços em Goiás. Na região setentrional do estado, é possível perceber que a construção da rodovia Belém–Brasília, BR-153, na margem esquerda do Tocantins, impulsionou o crescimento do comércio nas cidades de Porangatu, Gurupi e Miracema do Norte.

Sobre a importância da BR-153 para o desenvolvimento de Goiás, Teixeira Neto (2001) afirma que a Belém–Brasília tirou do isolamento em que se encontrava até os anos de 1950 toda a Mesopotâmia Goiana – a extensa região entre os rios Tocantins e Araguaia –, incorporando-a, definitivamente, à economia de mercado. Porém, observa-se que as cidades fora do traçado da rodovia sofreram influências negativas em relação à expansão dos serviços. Porto Nacional, o histórico centro econômico do Norte goiano, chegou a perder a posição, em relação à função comercial, para a recém-emancipada, e seu ex-distrito, cidade de Gurupi. Sobre isso, Valverde e Dias (1967) ressaltaram que, as cidades não localizadas às margens da rodovia ou que não tinham acesso a ela, perderam importância na configuração urbana do norte do estado, o que conseqüentemente reverberou na disponibilidade de atividades terciárias.

Em 1960, existiam em Goiás 3.201 estabelecimentos dedicados à prestação de serviços, um aumento de 192,36 % em relação a 1950 (IBGE, 1966). A tabela 23 mostra que o gênero a apresentar o maior crescimento relativo foi o de reparação de veículos, seguido pelos serviços de alojamento e alimentação.

Tabela 10 - Estabelecimentos prestadores de serviços, Goiás, 1950-1960

Gêneros de Serviços	Estab.	
	1950	1960
Serviços de Alojamento e de Alimentação	615	1.360
Serviços de Reparação de artefatos de metal	...	93
Reparação de Máquinas e aparelhos	...	72
Reparação de Veículos	69	264
Outros serviços de reparação	...	149
Serviços Pessoais	679	1.112
Serviços Comerciais	33	78
Serviços de diversão, radiodifusão e televisão	37	73
Total	1.433	3.201

Fonte: IBGE (1957,1966).

A ampliação da rede de rodovias também influenciou o padrão de distribuição dos prestadores de serviços. Até 1950, esse tipo de estabelecimento praticamente inexistia no norte do estado e, em 1960, já totalizam 216. As cidades com maior presença de

estabelecimentos eram Goiânia (527), Anápolis (342), Jataí (148), Inhumas (89), Rio Verde (82) e Ceres (76). A partir da década de 1970, notam-se mais claramente os influxos promovidos pela construção das duas capitais, pela expansão da fronteira agrícola e pela ampliação da rede rodoviária sobre a urbanização e sobre o setor de serviços em Goiás. Em 1970, os dez municípios mais populosos, todos localizados na porção meridional do estado, concentravam 77,2% dos habitantes urbanos, 36,6% aglomerados apenas em Goiânia e Anápolis.¹⁶ Os 37 municípios da região norte abrigavam apenas 9% dos moradores urbanos de Goiás. Nesta porção do território, as cidades mais populosas eram Araguaína, (37.780 hab.), Porto Nacional (31.517 hab.) e Gurupi (24.660 hab.). Considerando o entorno de Brasília, os dados de 1970 revelam o início do processo de fragmentação e o gradativo aumento da população urbana. Em 1950, havia na região seis municípios cuja taxa de urbanização era de 12,9%, enquanto que, em 1970, esses valores sobem, respectivamente, para 10 e 25% (IBGE, 1970).

O padrão da distribuição demográfica reflete na distribuição dos serviços. Conforme é possível perceber na tabela 11, a maior concentração de estabelecimentos do setor estava região do Mato Grosso de Goiás, que detinha 42,4% do total estadual.¹⁷ A região com menor agrupamento era a de Tocantina de Pedro Afonso, com apenas 0,68% dos estabelecimentos. As quatro microrregiões do norte goiano, que posteriormente dão origem ao estado do Tocantins, concentravam juntas 13% dos estabelecimentos (IBGE, 1975a, 1975b).

Tabela 11 - Estabelecimentos e Pessoal ocupado em Serviços, Goiás, 1970

Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
Extremo norte	923	1.515
Baixo Araguaia goiano	227	403
Tocantina de Pedro Afonso	116	187
Médio Tocantins-Araguaia	923	1.454
Serra Geral de Goiás	276	485
Alto Tocantins	853	1.534
Chapada dos Veadeiros	117	179
Vão do Paranã	200	323
Rio Vermelho	509	862
Mato Grosso de Goiás	7.230	19.198
Planalto Goiano	687	1.233
Alto Araguaia	478	752
Serra do Caiapó	1.213	2.404

¹⁶ Em 1970, apenas 22 cidades em Goiás apresentavam população urbana maior que a rural.

¹⁷ Na regionalização adotada pelo IBGE, em 1970, a região do Mato Grosso de Goiás compreendia os municípios de Amorinópolis, Anápolis, Anicuns, Araçu, Aurilândia, Avelinópolis, Barro Alto, Brazabrantes, Cachoeira de Goiás, Campestre, Carmo do Rio Verde, Caturaí, Ceres, Córrego do Ouro, Damolândia, Fazenda Nova, Firminópolis, Goianópolis, Goiânia, Goianésia, Goianira, Heitorá, Hidrolina, Inhumas, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguaru, Itapaci, Itapuranga, Ituaçu, Ivolândia, Jaraguá, Jaupaci, Moiporá, Mossamedes, Nazário, Nerópolis, Nova América, Nova Veneza, Novo Brasil, Ouro Verde de Goiás, Petrolina, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Luís dos Montes Belo, Taquaral, Trindade, Turvânia e Uruana.

Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
Meia Ponte	617	931
Sudeste Goiano	903	1.455
Vertente Goiana do Paranaíba	1.768	3.751

Fonte: IBGE (1975a, 1975b).

Goiânia aumenta sua importância em termos do número de estabelecimentos, dessa forma, em 1960, detinha 12% do total estadual de varejista e, em 1970, a porcentagem é de 16%. O mapeamento dos estabelecimentos comerciais, representado pelas figuras 06 e 07, além de demonstrar o destaque para a região central do estado, mostra a consolidação dos municípios margeados pela BR-153 como importantes centros distribuidores varejistas. A cidade de Araguaína, por exemplo, possuía, em 1960, 20 estabelecimentos e, em 1970, esse número sobe para 267. Gurupi, que na década passada já se destacava na região norte pelo número de estabelecimentos, também passa a contar com o mesmo número de varejista.

No Sudoeste goiano, a abertura das frentes de expansão sobre o cerrado, promovidas pela revolução técnico-científica, articulou a expansão das *idades do campo*, para utilizar a expressão proposta por Santos (2000, 2013). Essas cidades, encravadas em áreas de expansão agrícolas, tornaram-se responsáveis pelo atendimento das demandas do campo. Esses são, por exemplo, o caso das cidades de Rio Verde e Jataí. Como explica Santos (2004, p. 91):

Nessas localidades dá-se uma oferta de informação, imediata e próxima, ligada à atividade agrícola e produzindo uma atividade urbana de fabricação e de serviços que, fruto da produção regional, é largamente “especializada” e, paralelamente, um outro tipo de atividade urbana ligada ao consumo das famílias e da administração. A cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é urbano-residentes.

A cidade de Jataí, em 1970, além de contar com 527 estabelecimentos varejistas, entre eles, seis de máquinas, aparelhos e material elétrico, 15 de veículos e acessórios e 12 de combustíveis e lubrificantes, contava também com 11 estabelecimentos atacadistas, entre eles, um de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e material elétrico. O ramo de prestadores de serviços contava com 326 estabelecimentos, 80 deles de reparação, manutenção e conservação (IBGE, 1975a).

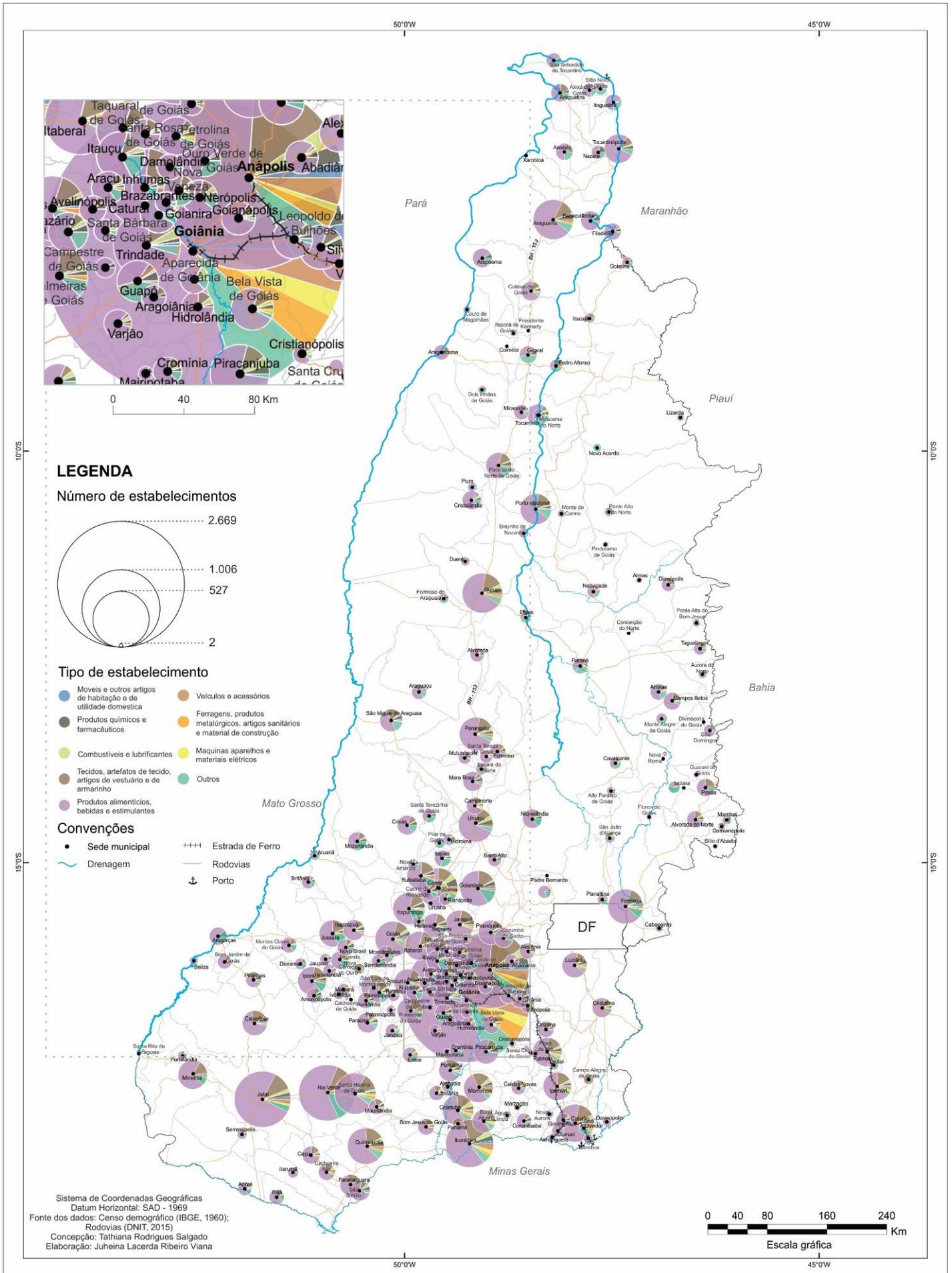


Figura 06 – Distribuição dos estabelecimentos de comércio varejista, Goiás, 1970

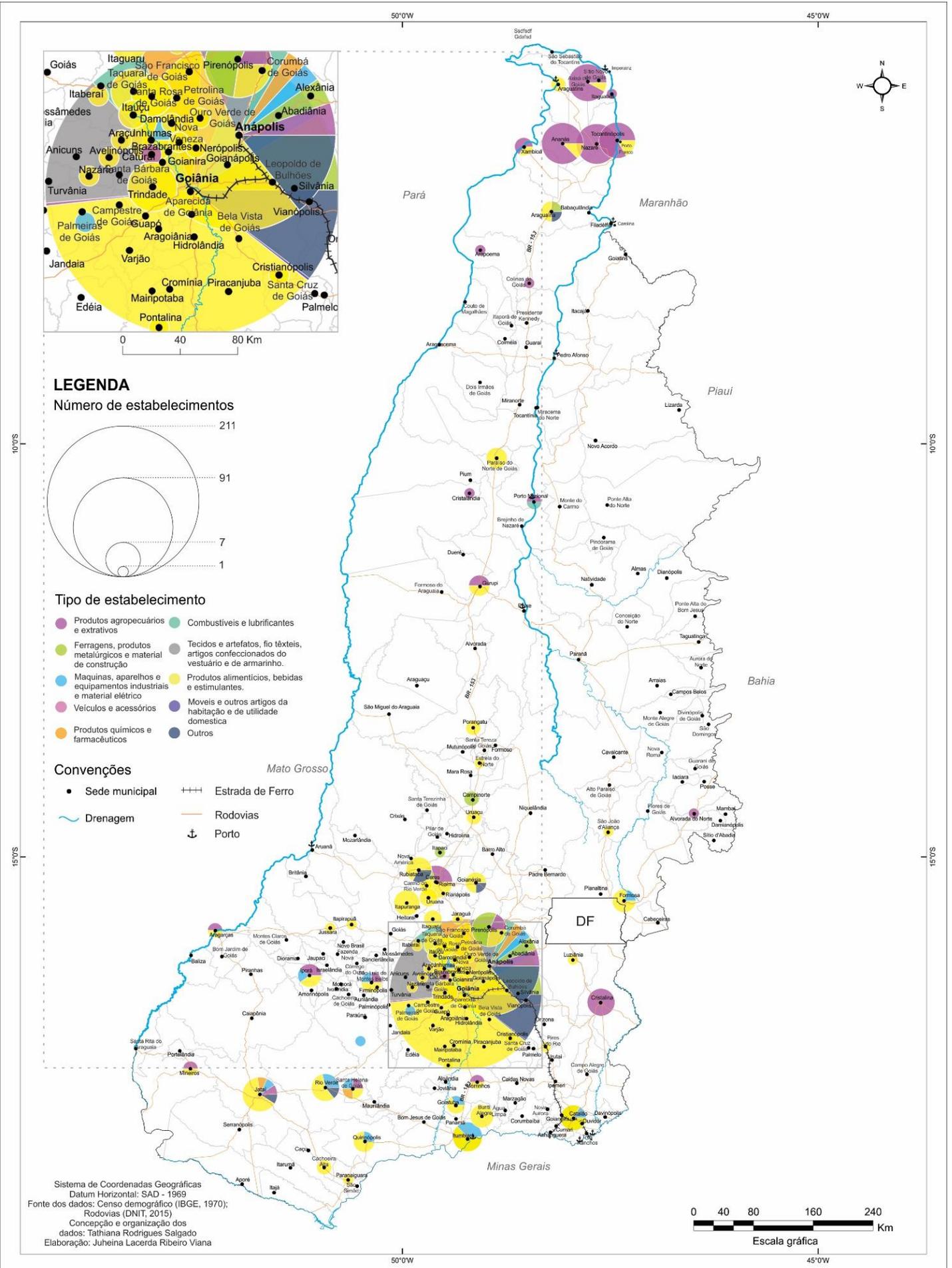


Figura 07 – Distribuição dos estabelecimentos de comércio atacadista, Goiás, 1970

No caso de Rio Verde, também foram recenseados 527 estabelecimentos varejistas, como também era possível encontrar revendas de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, de veículos e acessórios, combustíveis e lubrificantes. O comércio atacadista contava com sete estabelecimentos, dois deles de máquinas e aparelhos e equipamentos industriais e material elétrico, juntam-se a esses 194 prestadores de serviços (IBGE, 1975a). O perfil do setor de serviços dessas duas localidades confirma o vínculo entre a atividade agrícola moderna e a economia urbana dos municípios.

Embora a cidade de Ceres não tenha apresentado crescimento significativo no ramo varejista, a cidade passa a contar com 10 estabelecimentos atacadistas em 1970.

A estrutura distributiva do setor de serviços detectado no mapeamento de 1970 é posteriormente confirmada com os resultados do censo de 1980. Naquele ano, Goiânia, concentrava 22,98% da população estadual e era sede de 19,36% dos estabelecimentos de comércio varejistas, 50,63% dos atacadistas e 24,09% dos estabelecimentos prestadores de serviços, excluindo-se dessa última categoria os serviços de saúde e educação muito mais concentrados (IBGE, 1984b).

De acordo com Goiás (1980) em 1979 existiam em Goiás 321 estabelecimentos de saúde, dos quais 06 federais, 8 estaduais, 10 municipais e 297 particulares. Desse total, 65 estavam localizados em Goiânia, dentre eles 2 federais, 6 estaduais e 1 municipal, além de 56 da rede privada. Dos 39 estabelecimentos de atendimento especializados 22 estavam em Goiânia. A capital também concentrava 47% dos leitos e internação.

As regiões de Baixo Araguaia, Tocantina de Pedro Afonso, Médio Tocantins-Araguaia, Alto Tocantins, Chapada dos Veadeiros e Planalto Goiano, contavam em 1980 respectivamente com 05, 02, 16, 20, 02 e 11 estabelecimentos de saúde, porém, nenhum deles mantidos por uma das três esferas da administração pública, o que limitava o acesso de parte da população dessas regiões a esses serviços, aliás, os estabelecimentos públicos só existiam, além de Goiânia, em outros 15 municípios do estado (IBGE, 1984b).

Praticamente todos os municípios contavam com uma unidade sanitária pública que de acordo com definição de Brasil (1977) eram estabelecimentos de saúde destinados a prestar assistência médico-sanitária primária a uma população, sem, contudo, contar com serviços de internação de pacientes, podendo, como atividade complementar, prestar assistência médica a pessoas e que contavam com a supervisão periódica de um médico. Essas unidades tinham como função predominante o controle de doenças endêmicas.

A rede pública de ensino contava em 1979 com 1.427 estabelecimentos de educação básica distribuída por todos os municípios do estado. Mas, o ensino médio, de acordo com Goiás (1978), em 1977, não existia em 116 municípios dos 222 existentes.

Nesse mesmo ano, o ensino de nível superior estava disponível apenas em Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Ceres.

Conclusões

De acordo com o que foi verificado, ao longo deste artigo, a expressiva participação dos serviços na estrutura econômica de Goiás, observada, principalmente, a partir da década de 1970 – momento histórico que marca a inversão do local de moradia da população goiana, que passa a ser majoritariamente urbana – foi resultado direto das demandas por emprego e consumo, impulsionadas pelo crescimento urbano - demográfico, visto que, o setor industrial não possuía capacidade de absorção dos excedentes populacionais deslocados do mundo rural e as atividades de serviços eram necessárias para o atendimento das necessidades de consumo mais imediatas da nova população urbana. Portanto, a expressão econômica do avanço da urbanização, em uma zona de expansão da fronteira agrícola, foi o aumento da participação dos serviços na estrutura geral do emprego e na formação da renda.

Contudo, no período de *urbanização preterita*, formou-se no estado de Goiás um setor de serviços pouco desenvolvido, dedicado majoritariamente aos ramos mais tradicionais e menos intensivos em capitais, caracterizado pela forte presença do emprego de baixa qualificação e pela grande parcela de informalidade empresarial e da força de trabalho. No recorte temporal analisado, no universo de estabelecimentos formais estudados, predominavam as pequenas empresas de condução familiar dedicadas ao comércio varejista de alimentos, bebidas e artigos do vestuário.

A partir do mapeamento dos estabelecimentos formais, em nível municipal, foi possível verificar, para o período, uma concentração, em termos quantitativos e qualitativos, diferencial dos serviços pelo território goiano, com um nítido destaque para a cidade de Goiânia, que, desde sua fundação, foi privilegiada pelos capitais públicos e privados do setor, tornando-se, já na década de 1960, o maior centro de serviços do estado de Goiás.

Services sector and the past urbanization in Goiás

Abstract: This article aims to understand, through statistical analysis, the development and spatial distribution of service sector activities in the state of Goiás between the 1940s and 1980s, a period we call preterite urbanization. In order to reach the objective, the data available in the demographic and economic censuses published by IBGE between the years of 1940 and 1980, whose documents inform about the spatial distribution and the population occupied in service activities, were fundamental. The results show that the accelerated process of urbanization that the state has undergone since the 1970s has contributed to the vertiginous tertiarization of the economy.

Key - words: Service Sector. Goiás. Urbanization.

Referencias

ARRAIS, Tadeu A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2006.

_____. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2007.

_____. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: UFG, 2013.

BORGES, Barsanufó G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed da UFG, 2005.

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: 22/12/2016.

_____. *Conceitos e definições em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. 1977

CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Estudos de desenvolvimento regional:(Goiás)*. Rio de Janeiro: CAPES, 1959.

CASTILHO, Denis. A colônia agrícola nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. *Élisée: Revista de Geografia da UEG*, v. 01, n. 01, p. 117-139, jun. 2012

_____. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. Goiânia: UFG, 2016.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas*. Goiânia: UCG, 2007.

COSTA, Célio. *A economia contemporânea de Goiás*. O Popular, Goiânia, 1987.

DEUS, João B. *A urbanização de Goiás*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FAISSOL, S. *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 1952.

FRANÇA, Maria de Souza. *A Formação Histórica da cidade de Anápolis e sua área de Influência regional*. São Paulo: ANPUH, 1974.

GOIÁS. *Anuário estatístico de Goiás – 1977*. Goiânia: SEPLAN/Goiás. 1978

_____. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 1979*. Goiânia: Secretária de Planejamento de Coordenação. 1980

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; SALES, Altair. *Geografia: Goiás–Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004.

IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil 1940: censo demográfico e censos econômicos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. (Série regional: Goiás, parte 21)

_____. *Censos comercial e dos serviços de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. (Série regional: Goiás, parte 30)

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a.

_____. *Censo Experimental de Brasília*. Brasília: CODEPLAN, 1959b.

_____. *Censos comercial e dos serviços de 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. (Série regional: Goiás e Mato Grosso, parte 06)

_____. Censo comercial de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975a. (Série regional: Goiás, parte 07)

_____. Censo dos serviços de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975b. (Série regional Goiás, parte 07)

_____. Censo comercial de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984a. (Série regional: Goiás, volume 04, número 25)

_____. Censo dos serviços de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984b. (Série regional Goiás, volume 05, número 25)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censos demográficos* 1940, 1950, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

MACHADO, Lia. O. *Urbanização e política de integração no norte de Goiás*. 1979. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

MAGALINSKI, J. Contribuições do elemento alienígena nos diversos campos de atividade humana no Estado de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 4, n. 1, 1984.

MENDONÇA, Marcelo R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. SP: ed. Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* – 11º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 2, n. 2, 1982.

_____. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins - DOI 10.5216/bgg.v21i1.4206. **Boletim Goiano de Geografia**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 51-68,

2001. ISSN 1984-8501. Disponível em:
<<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4206>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina V. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

SOBRE A AUTORA

Tathiana Rodrigues Salgado - Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2017) e docente do quadro efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Campus da cidade de Porangatu.

Recebido para publicação em agosto de 2017

Aceito para publicação em outubro de 2017